



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA**

Ofício n. 923 /1.ª-CACDLG-XIV/2021

Data: 30-11-2021

NU: 692414

ASSUNTO: Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura.

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto envio a Vossa Excelência relatório de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias referente à 3.ª sessão legislativa da XIV Legislatura, aprovado por unanimidade, na reunião de 30 de novembro de 2021.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório de Atividades

**XIV Legislatura
3.ª Sessão Legislativa**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1. REUNIÕES CACDLG	7
2. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	8
3. INICIATIVAS LEGISLATIVAS	10
4. INICIATIVAS EUROPEIAS.....	20
5. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS	20
6. PETIÇÕES.....	20
7. PROJETOS DE VOTO	23
8. AUDIÇÕES	24
9. AUDIÊNCIAS	25
10. EVENTOS	25
11. REPRESENTAÇÕES / DESLOCAÇÕES / VISITAS.....	25
12. SUBCOMISSÕES	26
13. GRUPOS DE TRABALHO	29

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1. Introdução

A dissolução da Assembleia da República, anunciada pelo Presidente da República na sequência da não aprovação na generalidade da Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2022, pôs termo ao funcionamento regular das Comissões Parlamentares, nos termos do n.º 3 do artigo 172.º da Constituição da República Portuguesa, pelo que, muito embora decorrendo ainda a 3.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura até ao início da XV Legislatura, cabe, nos termos regimentais, apresentar um relatório da atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias naquele período de funcionamento regular.

Considerando a sempre muito exigente intervenção legislativa, em complexidade e quantidade, de que a Comissão foi incumbida e a atividade de fiscalização da atividade do Governo e de aproximação aos cidadãos, que constituem suas incumbências específicas, aquela circunstância determinou uma conclusão mais célere de alguns dos procedimentos legislativos em curso, de modo a que muitos dos importantes processos legislativos ficassem concluídos e que o escrutínio da atividade do Governo fosse levado a cabo, ainda que sem a realização das audições obrigatórias dos membros do Governo das áreas de competência da Comissão, as quais teriam início na fase de discussão na especialidade da referida Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2022. A Comissão contribuiu, ainda assim, em largo número, para a estatística da atividade das Comissões, sobretudo em reuniões com recurso a videoconferência, quer integral, quer complementar às presenças em sala.

Acrescem à atividade da Comissão as atividades da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação e da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais, bem como de grupos de trabalho, que ainda tiveram funcionamento regular no período de 15 de setembro a 24 de novembro de 2021.

Atividade legislativa

A sessão compreendeu um período de debates intensivos nas áreas suscitadas pela apresentação das **33 iniciativas legislativas** de cuja apreciação a Comissão foi incumbida, grande parte tendo dado origem à aprovação de Leis da Assembleia da República (nesta data, algumas das quais ainda sob a forma de Decreto da Assembleia da República).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Na apreciação de todas as iniciativas, foi mantida a interação com as entidades com competência nas matérias legisladas, sobretudo através de pareceres escritos, muito embora sem possibilidade temporal de realização das audições consideradas mais relevantes para a instrução dos processos legislativos tramitados na Comissão.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma parte baixou à Comissão em data coincidente com a da sua apreciação na generalidade em Plenário ou, pelo menos, sem que tivesse sido observado o prazo regimental de 30 dias para a aprovação de parecer. Tal situação confirmou uma preocupação que já havia sido expressa em anteriores legislaturas: a da necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos nos Regimentos de 2003 e de 2020, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário. O cumprimento dos prazos regimentais, salvo ponderosas circunstâncias de oportunidade política, é um pressuposto de uma produção legislativa mais esclarecida, mais ponderada e mais cuidada.

Atividade fiscalizadora

A Comissão não teve, portanto, oportunidade de ouvir todos os membros do Governo com competência naquelas áreas e outras entidades que pudessem contribuir para a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas e para o exercício do seu poder de fiscalização da atividade do Governo. Ainda assim, naquele curto período, realizou 7 audições de grande relevância, de que são exemplo as do Ministro da Administração Interna, da Provedora de Justiça, da Inspectora-Geral da Administração Interna e da Comissária Europeia responsável pela pasta dos Valores e da Transparência.

A Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação concedeu audiência à Senhora Secretária de Estado da Igualdade de Espanha, Ángela Rodríguez.

Atividade específica

A Comissão constituiu o júri do Prémio Direitos Humanos 2021 e apreciou as candidaturas respetivas, tendo proposto ao Senhor Presidente da Assembleia da República a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2021 à ATMU – Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio, organização sem

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

fins lucrativos, criada em 2010 com o objetivo de promover a defesa dos direitos dos ex-trabalhadores e familiares das minas de Urânio, pela sua atuação e empenho comunitário na proteção de direitos laborais, sociais, de reabilitação ambiental e reconstrução habitacional, em face dos impactos da exposição à radiação do urânio, nomeadamente na saúde da população da Urgeiriça e ainda pela visibilidade que a sua ação confere às particulares condições de penosidade associadas ao trabalho mineiro.

Mais deliberou o Júri, nos termos do artigo 11.º do Regulamento, propor a atribuição das medalhas de ouro comemorativas do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Associação HELPO, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, sem fins lucrativos, fundada em 2007, que leva a cabo programas de apoio continuados, projetos de assistência, ajuda humanitária, desenvolvimento humano e comunitário, tanto em Portugal, na satisfação de necessidades básicas e programas de apoio à infância e em projetos de capacitação da população, como nos Países em Vias de Desenvolvimento, trabalhando junto das instituições locais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas áreas da infância, saúde materno-infantil e nutricional, e na educação, com a construção de múltiplas escolas, de que é exemplo a muito relevante intervenção em Cabo Delgado e em Nampula, Moçambique, e à Associação Portuguesa de Bioética, fundada em 2002, pela candidatura subordinada ao tema «Direitos Humanos e Igualdade de Género», em particular pela proposta portuguesa (à UNESCO) de Declaração Universal de Igualdade de Género, uma iniciativa de grande atualidade e alcance na promoção da igualdade de género como direito humano fundamental, que se quer traduzir numa ferramenta concreta na qual valores como a justiça e a não discriminação são aplicados no domínio da igualdade de género em diversas áreas.

Aproximação aos cidadãos: petições e correspondência

Apesar do curto período de funcionamento regular, a Comissão apreciou **17 petições**, tendo ainda admitido outras que, por força da iminente dissolução da Assembleia da República, não foram atribuídas a um Relator, por impossibilidade de apreciação ainda no curso da Legislatura, tendo sido deliberado que, transitando para a legislatura subsequente, nos termos da Lei, fosse então designado relator para o efeito da sua apreciação. Do mesmo modo, atenta a iminente dissolução da Assembleia da República, e uma vez que não haveria utilidade no envio do texto das petições concluídas no final da Legislatura aos Grupos Parlamentares, aos DURP e às Deputadas não inscritas, para o eventual

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

exercício de iniciativa legislativa, considerou-se preferível aguardar pela Legislatura subsequente, para a qual algumas petições transitarão apenas para a concretização dessa diligência.

A Comissão procurou agilizar o tratamento de todo o expediente recebido, para que nenhum cidadão ficasse sem resposta na legislatura, tendo apreciado diversos documentos, muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, a que se procurou responder após recolha de informação relevante, no cumprimento do dever de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

Acompanhamento dos assuntos europeus

A Comissão efetuou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de 1 **relatório**.

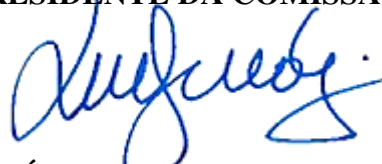
No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda na 9.ª reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol).

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na hiperligação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG), as seguintes informações:

- ✓ Competências da Comissão;
- ✓ Plano de Atividades e Orçamento - 3.ª Sessão Legislativa

Palácio de S. Bento, 30 de novembro de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(LUÍS MARQUES GUEDES)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Descrição das atividades desenvolvidas

1. Reuniões CACDLG

Mês	Dia	Total
Setembro 2021	15, 28, 29	3
Outubro 2021	6, 12, 13, 19 e 20	5
Novembro 2021	3 ⁽ⁱ⁾ (11h), 3 ^(15h) , 10, 16, 17 ^(10h) , 17 ^(15h) , 24, 30	8
Total		16

(i) Conjunta com a CAE;

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#).

Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos entre 15 de setembro de 2021 a 30 de novembro de 2021

Totais Relativos de 15 Setembro 2021 a 30 Novembro 2021												
Orgão	Grupo Parlamentar	Presenças					Ausências					Total de Reuniões
		Efetivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total	
1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG)	PS	135	38	1	0	174	6	0	4	1	11	16
	PSD	95	44	0	0	139	2	1	7	6	16	
	BE	25	2	0	0	27	2	0	0	0	2	
	PCP	13	0	0	0	13	1	0	0	0	1	
	CDS-PP	13	0	0	0	13	2	0	0	0	2	
	PAN	9	0	2	0	11	0	1	3	0	4	
	CH	10	0	0	0	10	1	0	1	2	4	
	Níncsc	10	0	0	0	10	2	0	2	0	4	
	Totais	310	84	3	0	397	16	2	17	9	44	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2. Organização Interna

A CACDLG é composta atualmente por 25 Deputados efetivos e 22 Deputados suplentes, abaixo indicados

MEMBROS EFETIVOS	
Luís Marques Guedes, <i>Presidente</i> José Magalhães, <i>Vice-Presidente</i> José Manuel Pureza, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PSD PS BE
Cláudia Santos - <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar</i> Elza Pais Francisco Pereira Oliveira Isabel Alves Moreira Isabel Oneto Isabel Almeida Rodrigues Joana Sá Pereira Pedro Delgado Alves Romualda Fernandes	PS
Mónica Quintela - <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar</i> André Coelho Lima André Neves Artur Soveral Andrade Márcia Passos Sandra Pereira Sara Madruga da Costa	PSD
Beatriz Gomes Dias	BE
António Filipe, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Telmo Correia - <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	CDS-PP
Inês de Sousa Real - <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar</i>	PAN
André Ventura – Deputado único representante do partido CHEGA	CH
Joacine Katar Moreira	Ninsc

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

MEMBROS SUPLENTE	
Constança Urbano de Sousa Eurídice Pereira Fernando Anastácio Filipe Neto Brandão Jorge Lação Nuno Sá Paulo Porto Rita Borges Madeira Susana Amador Sofia Andrade	PS
Carlos Peixoto Catarina Rocha Ferreira Duarte Marques Emília Cerqueira Fernando Negrão Hugo Carneiro José Cancela Moura Lina Lopes	PSD
Fabíola Cardoso	BE
Alma Rivera	PCP
João Pinho de Almeida	CDS-PP
Bebiana Cunha	PAN

No período em apreço, verificou-se apenas a seguinte alteração na composição da CACDLG:

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias			
Número	Sigla	Início de Atividade	Fim de Atividade
1	CACDLG	2019-11-07	

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2021-10-09	ANDRÉ VENTURA (CH) (LISBOA) (Efetivo)	
		Diogo Pacheco de Amorim (CH) (LISBOA)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

3. Iniciativas Legislativas

Baixaram à CACDLG na 3.ª Sessão Legislativa, as seguintes iniciativas:

- 2 Propostas de Lei
- 26 Projetos de Lei
- 7 Projetos de Resolução

PROPOSTAS DE LEI

- Baixaram na 3.ª Sessão legislativa **2 Propostas de Lei**
- Transitaram da 2.ª Sessão legislativa **7 Propostas de Lei (2 na generalidade; 2 na especialidade, 3 em nova apreciação na generalidade)**
- Concluídas na 3.ª Sessão legislativa **7 Propostas de Lei**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 62/XIV/2.ª (GOV)	Determina a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso ou permanência nos espaços e vias públicas e a obrigatoriedade da utilização da aplicação STAYAWAY COVID	2020-10-15	Deputada Inês Sousa Real (PAN) 20-10-2020	Generalidade
PPL 90/XIV/2.ª (GOV)	Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção. Obs: Com conexão à 14.ª Comissão. Competente: 1 Comissão	06-05-2021	Deputada Mónica Quintela PSD 12-05-2021	Redação Final
PPL 91/XIV/2.ª (GOV)	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União	06-05-2021	Deputada Mónica Quintela PSD 12-05-2021	Redação Final
PPL 92/XIV/2.ª (GOV)	Altera o Código de Processo Civil, as normas regulamentares do regime da propriedade horizontal, o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de 1.ª Instância e o Código do Registo Predial.	10-05-2021	Deputada Mónica Quintela PSD 12-05-2021	Nova Apreciação na Generalidade
PPL 103(XIV/2.ª (GOV)	Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário e o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais	29-06-2021	Comunicado em 30-06-2021 Discussão na generalidade agendada para a sessão plenária de 9 de julho	DAR II série A n.º 32, 2021.11.08, da 3.ª SL da XIV Leg (pág. 2-5) 2021-11-17 Envio INCM
PPL 104/XIV/2.ª (GOV)	Procede à reformulação das forças e serviços de segurança que exercem atividade de segurança interna, no quadro da reafecção de competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	07-07-2021	Discussão na generalidade agendada para a sessão plenária de 9 de julho	Lei 73/2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 111/XIV/2.ª (GOV)	Regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança	07-09-2021	Deputado Duarte Marques (PSD) 14-09-2021	Redação Final
PPL 116/XIV/3.ª (GOV)	Aprova o Orçamento do Estado para 2022	11-10-2021	Área da Justiça –Deputada Mónica Quintela (PSD) Área da Administração Interna – Deputado André Coelho Lima (PSD) Área da Igualdade –Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 13-10-2021	Pareceres sectoriais aprovados a 19-10-2021 Rejeitado em Plenário a 27-10-2021
PPL 117/XIV/3.ª (GOV)	Assegura, em matéria de extradição e de congelamento, apreensão e perda de bens, o cumprimento dos Acordos entre a União Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	18-10-2021	Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) 19-10-2021	Decreto da Assembleia da República

PROJETOS DE LEI

- Baixaram na 3.ª Sessão legislativa **26 Projetos de Lei**
- Transitaram da 2.ª Sessão legislativa **34 Projetos de Lei (14 na generalidade; 4 na especialidade e 16 em nova apreciação na generalidade)**
- Concluídos na 3.ª Sessão legislativa **42 Projetos de Lei**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 88/XIV/1.ª (PS)	Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal	21-11-2019	Deputada Mónica Quintela (PSD) 27-11-2019	Nova Apreciação Generalidade
PJL 109/XIV/1.ª (BE)	Regula as relações laborais na advocacia Obs: Conexão com a 10.ª Comissão	26-11-2019	Deputado Francisco Oliveira (PS) 27-11-2019	Nova Apreciação Generalidade
PJL 113/XIV/1.ª (PAN)	Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade	26-11-2019	Deputada Mónica Quintela (PSD) 27-11-2019	Nova Apreciação Generalidade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 227/XIV/1.ª (PSD)	8.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais)	05-03-2020	Deputado Jorge Lacão (PS) 11-03-2020	Especialidade
PJL 527/XIV/2.ª (CH)	Alteração ao Código Penal, agravando a pena prevista para quem infligir maus tratos a animais de companhia	07-10-2020	Deputada Inês Sousa Real (PAN) 07-10-2020 (na reunião de 02-12-2020 o proponente indicou a intenção de retirar a iniciativa não tendo por isso sido apreciado o parecer entretanto apresentado pela Deputada Relatora)	Rejeitado em Plenário a 5-11-2021
PJL 548/XIV/2.ª (PS)	Harmoniza a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu com as disposições em vigor na ordem jurídica portuguesa sobre perda de mandato de titulares de cargos eletivos	07-10-2021	Considerada precludida a oportunidade de elaboração de parecer	Decreto da Assembleia da República
PJL 612/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	Garante aos Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução a possibilidade de escolha do regime de contribuições entre a CPAS e a Segurança Social Competente: 1.ª Comissão Conexão com a 10.ª Comissão	30-12-2020	06-01-2021 A indicar posteriormente pelo GT-CPAS	Rejeitado em Plenário a 26-11-2021
PJL 614/XIV/2.ª (BE)	Integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social	06-01-2021	Comunicado em 13-01-2021 Discussão na generalidade agendada para a sessão plenária de 15-01-2021	Rejeitado em Plenário a 5-11-2021
PJL 637/XIV/2.ª (PS)	Criação de uma Comissão para a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da Segurança Social Competente a 1.º CACDLG (Conexão com a 10.ª Comissão)	11-01-2021	Comunicado em 13-01-2021 Discussão na generalidade agendada para a sessão plenária de 15-01-2021	Nova Apreciação Generalidade
PJL 641/XIV/2.ª (PAN)	Consagra mecanismos de transparência e escrutínio na distribuição dos processos judiciais, alterando o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho	13-01-2021	Deputada Mónica Quintela (PSD) 13-01-2021	Nova Apreciação Generalidade
PJL 706/XIV/2.ª (PS)	Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado	01-03-2021	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) 03-03-2021	[DAR II série A n.º 32, 2021.11.08, da 3.ª SL da XIV Leg (pág. 5-10)] 2021-11-12 Envio para promulgação
PJL 749/XIV/2.ª (PEV)	Procede à revogação das Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (vistos gold) 22-03-2021 - Baixa 6.ª Comissão, que solicitou a redistribuição à 1.ª Comissão - Despacho PAR 05-04-2021	05-04-2021	Deputada Romualda Fernandes (PS) 14-04-2021 indicado no dia 30-04-2021 por email alteração de relatora Dep. Constança Urbano de Sousa	Rejeitado em Plenário a 19-11-2021
PJL 798/XIV/2.ª (PCP)	Criminalização do enriquecimento injustificado (52.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e 7.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho) Conexão com a 5.ª Comissão competente – 1.ª Comissão	15-04-2021	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) 20-04-2021	Rejeitado em Plenário a 19-11-2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 799/XIV/2.ª (PCP)	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	15-04-2021	Deputada Joana Sá Pereira (PS) 20-04-2021	Rejeitado em Plenário a 19-11-2021
PJL 851/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Procede à implementação do modelo da igualdade e reforça a proteção das pessoas na prostituição Em conexão a 8.ª Comissão Competente: 1.ª CACDLG	21-05-2021	Deputadas Elza Pais e Joana Sá Pereira (PS) em 26-05-2021	Parecer CACDLG aprovado a 29-09-2021
PJL 866/XIV/2.ª (CDS-PP)	Criação do Regime de Proteção do Denunciante	23-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Redação Final
PJL 868/XIV/2.ª (CDS-PP)	Criação do Estatuto do Arrependido	23-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Redação Final
PJL 869/XIV/2.ª (CDS-PP)	Procede à vigésima alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de julho, que Aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias Conexão com a 14.ª Comissão competente – 1.ª Comissão	14-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Rejeitado em Plenário A 19-11-2021
PJL 870/XIV/2.ª (CDS-PP)	Procede à segunda alteração da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, que Aprova o Estatuto do Ministério Público, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias Conexão com a 14.ª Comissão competente – 1.ª Comissão	14-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Rejeitado em Plenário a 19-11-2021
PJL 875/XIV/2.ª (PSD)	Aprova medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, procedendo à alteração do Código Penal e de legislação conexas Conexão com a 14.ª Comissão Competente – 1.ª Comissão	15-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Redação Final
PJL 876/XIV/2.ª (PSD)	Trigésima oitava alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro	15-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Redação Final
PJL 879/XIV/2.ª (PAN)	Aprova o Estatuto de Proteção do Denunciante	15-06-2021	Informação - Decisão de não emissão de Parecer CACDLG 16-06-2021	Redação Final

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 884/XIV/2.ª (PS)	Desenvolve o regime do artigo 6.º da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, assegurando o apoio às entidades privadas que exerçam atividades de verificação de factos e de atribuição de selos de qualidade	24-06-2021	Deputada Sara Madruga da Costa 30-06-2021	Nova Apreciação Generalidade
PJL 885/XIV/2.ª (PSD)	Revogação da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, relativa ao regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença covid-19	24-06-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 30-06-2021	Rejeitado em Plenário a 11-11-2021
PJL 886/XIV/2.ª (CDS-PP)	Cessação de vigência do regime excecional de medidas de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, constante da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril	24-06-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 30-06-2021	Decreto da Assembleia da República
PJL 902/XIV/2.ª (PAN)	Procede à primeira alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e à aprovação da respetiva regulamentação	04-07-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 14-07-2021	Generalidade
PJL 906/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Garante o cumprimento da Convenção de Istambul reforçando a proteção das vítimas em caso de assédio sexual	08-07-2021	Deputada Emília Cerqueira (PSD) 14-07-2021	Parecer CACDLG aprovado a 29-09-2021
PJL 907/XIV/2.ª (BE)	Aprova a orgânica da Agência Portuguesa para a Migração e o Asilo, I. P.	09-07-2021	Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 09-07-2021	Nova Apreciação Generalidade
PJL 908/XIV/2.ª (PSD)	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	09-07-2021	Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 09-07-2021	Rejeitado em Plenário a 29-10-2021
PJL 912/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Reforça a proteção das mulheres na gravidez e parto através da criminalização da violência obstétrica	16-07-2021	Deputada Elza Pais (PS) 19-07-2021	Parecer CACDLG aprovado a 06-10-2021
PJL 914/XIV/2.ª (PAN)	Procede à alteração da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital	19-07-2021	Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 20-07-2021	Nova Apreciação Generalidade
PJL 922/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	Altera o Código Penal, reforçando o combate à discriminação e aos crimes de ódio	14-09-2021	Deputado José Manuel Pureza (PS) 14-09-2021	Parecer CACDLG aprovado a 13-10-2021
PJL 923/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Assegura o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa	14-09-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 14-09-2021	Generalidade
PJL 925/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Regulamenta a carreira profissional dos Sapadores Florestais	14-09-2021	Deputado Francisco Pereira Oliveira (PS) 14-09-2021	Parecer CACDLG aprovado a 13-10-2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 929/XIV/2.ª (PAN)	Assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência dispõem de uma estrutura orgânica estável e capaz de dar resposta às especificidades e aos desafios que se lhes coloca, procedendo à alteração da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, e do Estatuto da Entidade para a Transparência	14-09-2021	CACDLG não objeta ao pedido de redistribuição a formular pela 14.ª Comissão Sustida a nomeação de relator até despacho do PAR	Redistribuição à 14.ª Comissão com conexão à 1.ª Comissão 2021-09-30
PJL 946/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera a Lei n.º 46/2005 de 29 de agosto e estende a limitação de três mandatos consecutivos ao exercício do cargo de Primeiro-Ministro e Presidente do Governo Regional [Comissão competente 14.ª – em conexão 1.ª]	21-09-2021	Deliberado solicitar inversão da distribuição ao PAR; Aguardar para nomear relator 29-09-2021	Redistribuição à 1.ª Comissão com conexão às 13.ª e 14.ª Comissões 2021-09-30 Generalidade
PJL 943/XIV/3.ª (PAN)	Promove a dádiva de sangue e proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09-2021 29-09-2021	[DAR II série A n.º 35, 2021.11.11, da 3.ª SL da XIV Leg 1º Supl. (pág. 2-4)] 2021-11-17 Envio para promulgação
PJL 945/XIV/3.ª (BE)	Proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09-2021 29-09-2021	[DAR II série A n.º 35, 2021.11.11, da 3.ª SL da XIV Leg 1º Supl. (pág. 2-4)] 2021-11-17 Envio para promulgação
PJL 947/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera a Lei n.º 37/2012, de 27 de agosto, impedindo a discriminação na dádiva de sangue em razão da orientação sexual [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09-2021 29-09-2021	[DAR II série A n.º 35, 2021.11.11, da 3.ª SL da XIV Leg 1º Supl. (pág. 2-4)] 2021-11-17 Envio para promulgação
PJL 953/XIV/3.ª (Ninsc JKM)	Pelo alargamento do prazo legal de acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) e pelo fim do período de reflexão [Conexão com a 9.ª Comissão]	28-09-2021	Deputada Elza Pais (PS) 29-09-2021	Generalidade
PJL 954/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera a Lei nº 16/2007, de 17 de abril que consagra o direito da mulher à interrupção voluntária da gravidez, aumentando para 16 semanas o prazo legal para a realização de IVG [Conexão com a 9.ª Comissão]	28-09-2021	Deputada Elza Pais (PS) 29-09-2021	Generalidade
PJL 961/XIV/3.ª (CH)	Agravamento das molduras penais privativas de liberdade para as condutas que configurem os crimes de abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e actos sexuais com adolescentes.	06-10-2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer por falta de tempo útil Agendado por arrastamento Plenário: 15.10.2021	Rejeitado em Plenário a 15-10-2021
PJL 962/XIV/3.ª (CH)	Altera o código penal no seu artigo 164.º (violação) agravando as molduras penais aplicáveis aos sujeitos que preencham os requisitos desta conduta criminosa, passando a considerar os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual como crimes de natureza pública	04.10.2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer por falta de tempo útil Agendado por arrastamento Plenário: 15.10.2021	Rejeitado em Plenário a 15-10-2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 966/XIV/3.ª (BE)	Permite o acesso a um conjunto de dados pessoais por parte de estudantes de medicina e investigadores científicos, para fins académicos, de arquivo de interesse público fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos (1.ª alteração à Lei n.º 58/2019, de 2021) Em conexão: 8.ª e 9.ª Comissões	04.10.2021	2021-10-21 Requerimento Baixa Comissão sem Votação	Nova Apreciação Generalidade
PJL 968/XIV/3.ª (PAN)	Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à quinquagésima quarta alteração do Código Penal	04.10.2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer por falta de tempo útil Agendado por arrastamento Plenário: 15.10.2021	Especialidade
PJL 970/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Determina a proibição das corridas de cães com fins competitivos Comissão competente: 7.ª Comissão Em conexão: 1.ª Comissão	04.10.2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer	Rejeitado em Plenário a 22-10-2021
PJL 974/XIV/3.ª (PS)	Alteração à Lei n.º 2/3013, de 10 de janeiro e à Lei 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais Comissão competente: 10.ª Comissão Em conexão: 1.ª e 6.ª Comissões	04.10.2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer	Concluída na Comissão
PJL 982/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, modificando as normas respeitantes à duração e organização do estágio	07.10.2021	Deputada Márcia Passos (PSD) 13-10-2021	Parecer CACDLG aprovado a 10-11- 2021
PJL 983/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera o Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de junho, estendendo a sua aplicação aos estágios que correspondam a trabalho independente Comissão competente: 10.ª Comissão Em conexão: 1.ª Comissão	07.10.2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer	Concluída na Comissão
PJL 984/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes de coação sexual, de violação, de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e de actos sexuais com adolescentes e garante à vítima o direito à suspensão provisória do processo	08-10-2021	Deputada Cláudia Santos (PS) 13-10-2021	Generalidade
PJL 985/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera o Código de Processo Penal no sentido de assegurar a audição para memória futura sempre que a vítima de crime sexual assim o requeira	08-10-2021	Deputada Cláudia Santos (PS) 13-10-2021	Generalidade
PJL 986/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Altera o Estatuto da Vítima garantindo o direito das vítimas de violência sexual, violência baseada no género ou violência em relações de intimidade de poder escolher o sexo da pessoa que realizará o exame de perícia	08-10-2021	Deputada Cláudia Santos (PS) 13-10-2021	Generalidade
PJL 987/XIV/3.ª (Ninsc CR)	Inclui a nomeação de advogado em escalas de prevenção para as vítimas especialmente vulneráveis	08-10-2021	Deputada Joana Sá Pereira (PS) 13-10-2021	Generalidade
PJL 988/XIV/3.ª (IL)	Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro) Comissão competente: 10.ª Comissão Em conexão: 1.ª e 6.ª Comissões	12-10-2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer	Concluída na Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 989/XIV/3.ª (PAN)	Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais Comissão competente: 10.ª Comissão Em conexão: 1.ª e 6.ª Comissões	12-10-2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 13-10-2021 a não emissão de parecer	Concluída na Comissão
PJL 991/XIV/3.ª (CDS-PP)	Agravamento de condutas que atentam contra os direitos fundamentais dos idosos (54ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro)	12-10-2021	Deputada Susana Amador (PS) 13-10-2021	Generalidade
PJL 995/XIV/3.ª (PS)	Estabelece o quadro para a emissão das medidas administrativas que as escolas devem adotar para efeitos da implementação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 8.ª Comissão	15-10-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 19-10-2021	Generalidade
PJL 997/XIV/3.ª (PS, PSD, PCP)	Terceira alteração à Lei n.º 24/2009, de 29 de maio, que aprova o regime jurídico do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV)	Baixou apenas para fixação de redação final	Redação Final fixada a 4-11-2021	Lei 76/2021
PJL 999/XIV/3.ª (PAN)	Reconhece e regula a figura do animal comunitário, reduz o prazo de reclamação dos animais não identificados recolhidos nos CRO, e atribui ao Estado o encargo com os programas de esterilização de animais errantes ou comunitários, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro Competente a Comissão de Agricultura e Mar Conexão com a 1.ª comissão	28-10-2021	Deliberado na reunião da CACDLG de 03-11-2021 a não emissão de parecer	Concluída na Comissão
PJL 1001/XIV/3.ª (PAN)	Alarga a tutela criminal a todos os animais vertebrados, procedendo à quinquagésima quarta alteração do Código Penal	28-10-2021	Atenta a Dissolução da AR não se procedeu à nomeação de Relator, nem à deliberação sobre consultas a promover, ficando apenas para conhecimento da Comissão 2021-11-12 Requerimento Baixa Comissão sem Votação (Generalidade)	Rejeitado em Plenário a 26-11-2021
PJL 1009/XIV/3.ª (CH)	Procede a três alterações ao Código de Processo Penal, prevendo a aplicação, em regra, da medida de coação de prisão preventiva em casos de criminalidade económico-financeira, bem como criminalidade organizada, quando os arguidos tenham interesses e património no exterior, no âmbito dos respetivos sistemas financeiros ou mercados paralelos, bem como quando existam comprovados indícios de aplicação de fundos em offshore. Estabelece-se também a possibilidade de aplicação da prisão preventiva após condenação, em 1ª instância, a pena efetiva superior a 5 anos de prisão, bem como nos casos de participação em organizações criminais internacionais	03-11-2021	Atenta a Dissolução da AR não se procedeu à nomeação de Relator, nem à deliberação sobre consultas a promover, ficando apenas para conhecimento da Comissão	Generalidade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 1011/XIV/3.ª (PS)	Prorrogação para o ano de 2022 do regime excecional e temporário do exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e eleitores residentes em estruturas residenciais e estruturas similares, procedendo à 3.ª alteração à Lei Orgânica n.º 3/2020, de 11 de novembro.	03-11-2021	Atenta a Dissolução da AR não se procedeu à nomeação de Relator, nem à deliberação sobre consultas a promover, ficando apenas para conhecimento da Comissão	Decreto da Assembleia da República
PJL 1015/XIV/3.ª (NI CR)	Altera o Código Penal, alargando a protecção penal a todos os animais vertebrados Obs: Conexão com a 7.ª Comissão	05-11-2021	Atenta a Dissolução da AR não se procedeu à nomeação de Relator, nem à deliberação sobre consultas a promover, ficando apenas para conhecimento da Comissão 2021-11-12 Requerimento Baixa Comissão sem Votação (Generalidade)	Nova Apreciação Generalidade
PJL 1026/XIV/3.ª (PS)	Prorroga o prazo de entrada em vigor da Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, que aprova a reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras, procedendo à reformulação do regime das forças e serviços que exercem a atividade de segurança interna e fixando outras regras de reafetação de competências e recursos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	24-11-2021	Agendado para o Plenário de 26-11-2021 Para VOTAÇÃO NA GENERALIDADE, NA ESPECIALIDADE E FINAL GLOBAL	Aprovado em Plenário a 26-11-2021

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Baixaram na 3.ª Sessão Legislativa - **7 Projetos de Resolução**

- **7 Concluídos**
- **5 Pendentes** (1 da 1.ª SL / 3 da 2.ª SL / 1 da 3.ª SL)
- **3 por comunicar à Comissão**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIACÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 35/XIV/1.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de saúde mental, em ambiente laboral, nas Forças e Serviços de Segurança, criando um programa de promoção da resiliência psicológica dos operacionais	12-11-2019	Solicitada pelo proponente a apreciação em Comissão em 20-11-2019	Pendente

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 642/XIV/2.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que garanta aos advogados, advogados estagiários e solicitadores uma remuneração condigna e justa pelos serviços que prestem no âmbito da proteção jurídica	23-09-2020	Requerimento PAN, de baixa à 1.ªCACDLG, sem votação, pelo prazo de 60 dias 15-01-2021	Rejeitado em Plenário em 26-11-2021
PJR 669/XIV/2.ª (CDS-PP)	Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto	29-09-2020	Indicação do proponente Discussão em Comissão	Baixa comissão para discussão
PJR 735/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	Recomenda ao Governo que dialogue com a CPAS, Ordem dos Advogados e Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução no âmbito da fixação do factor de correção do indexante contributivo para 2021	21-10-2020	Indicação do proponente Discussão em plenário	Nova Apreciação Generalidade
PJR 818/XIV/2.ª (PSD)	Recomenda ao governo que assegure que a reflexão e ponderação sobre a possibilidade de integração da caixa de previdência dos advogados e dos solicitadores (CPAS) na segurança social, a ser equacionada pelo governo, seja necessariamente feita em estreita articulação com a CPAS, a ordem dos advogados e a ordem dos solicitadores e agentes de execução	30-12-2020 Obs: em conexão com a 10.ª Comissão	Indicação do proponente Discussão em Plenário	Nova Apreciação Generalidade
PJR 829/XIV/2.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que elabore e apresente à Assembleia da República um estudo sobre a viabilidade da integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na segurança social	06-01-2021 conexão com a 10.ª Comissão	Foi comunicado que se encontra agendado para plenário 15-01-2021	Aprovado em Plenário em 26-11-2021
PJR 1439/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	Recomenda ao Governo a implementação de políticas públicas para um combate eficaz aos crimes de ódio em Portugal	02-09-2021	A proponente informou que pretendia a apreciação em Comissão	Resolução da Assembleia da República
PJR 1457/XIV/3.ª (PEV)	Medidas de prevenção e combate à exploração na prostituição	29-09-2021	Indicação do proponente Discussão em Plenário	Informação - Discussão para Plenário
PJR 1480/XIV/3.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a criação de um sistema de videovigilância na floresta	21-10-2021 conexão com a 7ª Comissão	Indicação do proponente Discussão em Plenário	Resolução da Assembleia da República
PJR 1495/XIV/3.ª (PAN)	Pela proteção, dignidade e garantia dos direitos fundamentais de todas as pessoas que praticam a prostituição	02-11-2021 Conexão com a 10.ª comissão	Aguarda indicação do proponente	Pendente
PJR 1499/XIV/3.ª (PAN)	Por políticas integradas e céleres de promoção da adoção	05-11-2021	Indicação do proponente Discussão em Comissão	Aprovado em Plenário a 19-11-2021 Aguarda redação final
PJR 1522 XIV 3.ª (CH)	Recomenda ao governo o reforço do policiamento e implementação de sistema de videovigilância nas cidades universitárias	18-11-2021	Comunicado que o seu eventual agendamento fica dependente da deliberação da CL	Pendente
PJR 1529/XIV/3.ª (CH)	Pela atribuição do suplemento de fixação ao Corpo da Guarda Prisional	24-11-2021	Por comunicar na reunião da CACDLG de 30-11-2021	Comunicado na reunião da CACDLG de 30-11-2021
PJR 1531/XIV/3.ª (CH)	Pela introdução de trabalho obrigatório para os reclusos das prisões portuguesas	24-11-2021	Por comunicar na reunião da CACDLG de 30-11-2021	Comunicado na reunião da CACDLG de 30-11-2021
PJR 1533/XIV/3.ª (CH)	Pela requalificação das casas destinadas aos guardas prisionais	24-11-2021	Por comunicar na reunião da CACDLG de 30-11-2021	Comunicado na reunião da CACDLG de 30-11-2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

4. Iniciativas europeias

Na 3.ª Sessão Legislativa a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias deliberou seleccionar para escrutínio 1 iniciativa europeia cuja apreciação foi concluída a 6 de outubro.

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
15-09-2021	COM (2021)429 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso das autoridades competentes aos registos centralizados de contas bancárias através do ponto de acesso único Obs: CACDLG (1.ª) e COF (5.ª)	Deputada Márcia Passos (PSD)	29-09-2021	Enviado à CAE Ofício n.º 708/2021 de 06-10-2021

5. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias emitiu, no âmbito das suas competências específicas, o seguinte parecer:

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
Provedor de Justiça	Relatório Anual do Provedor de Justiça 2020 [inclui Mecanismo Nacional de Prevenção]	25-06-2021	Por estar agendado inicialmente para plenário dia 7 de julho, não foi designado relator. Alterada esta decisão, sendo designado relator Deputado Telmo Correia (CDS-PP) a apresentar de Parecer para setembro	13-10-2021	Of 742/GAB-PAR de 13-10-2021 Concluído

6. Petições

- Concluídas - 17
- Pendentes - 8

Petições Pendentes por Comissão na XIV Legislatura em 26 novembro 2021							
N.º da Comissão	Comissão	Pendentes da XIV LG	Pendentes da XIII LG	Total Pendentes	Dentro do prazo referido no n.º6, do art. 17.º, do DP	Passados os 60 dias a contar da Admissão	Total Concluídas na 3 SL
1	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	8	0	8	2	6	17

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
48/XIV/1.ª	Dinis da Silva Freitas (3938 assinaturas)	27-03-2020 (Obs na AP refere que baixou a 18-03-2020)	Referendo sobre Eutanásia	2020-05-27	Nova indicação de relatora a 17-06-2020 Deputada Rita Borges Madeira (PS)	Audição Obrigatória Realizada em 15-07-2020	Pendente
51/XIV/1.ª	Maria Manuela Martins Valente Pica (635 assinaturas)	27-03-2020	Segurança Pública, um direito dos cidadãos	20-05-2020	Deputada Sara Madruga da Costa PSD 20-05-2020		Pendente
120/XIV/1	Rosa Bela de Magalhães Martins Gomes Afonso (554 assinaturas)	14-09-2020	Defesa dos direitos das crianças	23-09-2020	Deputada Emília Cerqueira (PSD) 23-09-2020		Pendente
176/XIV/2	Carlos Manuel Domingues Rato	28-01-2021	Necessidade de reedição da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril	03-02-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 03-02-2021	Beneficia da Audição Obrigatória da Petição n.º 177, por junção	Relatório Final
177/XIV/2	Vitor Manuel de Sousa Ilharco (21437 assinaturas)	28-01-2021	Aprovação de um perdão de penas generalizado e de uma amnistia para pequenos delitos	03-02-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 03-02-2021	Audição Obrigatória	Relatório Final
187/XIV/2	Cristina Maria Jorge Ferreira (49722 assinaturas)	19-01-2021	Contra o ódio e a agressão gratuita na internet	03-02-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 03-02-2021	Audição Obrigatória	Pendente
225/XIV/2	Associação dos Profissionais da Guarda - APG/GNR	26-03-2021	12 meses de descontos para o SAD/GNR	31-03-2021	Relatora Deputada Lina Lopes (PSD)	Audição Obrigatória	Pendente
239/XIV/2.ª	Ricardo Alexandre Dias Pimentel (160 assinaturas)	04-05-2021	Extinção judicial da Associação das Testemunhas de Jeová e cancelamento da sua inscrição no registo de pessoas coletivas religiosas	Parcialmente admitida em 12-05-2021	Deputado Telmo Correia (CDS-PP) 12-05-2021		Pendente
271/XIV/2.ª	Mário Gonçalves Marques dos Reis	13-08-2021	Pela criação de uma comissão de inquérito à atuação do juiz de Vila Real	Liminarmente indeferida a 06-10-2021			Liminarmente indeferida
272/XIV/2.ª	Subscritor Mário César Gonçalves Marques dos Reis	10-09-2021	Contra as medidas restritivas impostas na pandemia	Liminarmente indeferida a 06-10-2021			Liminarmente indeferida
273/XIV/2.ª	Movimento Cívico, Deixem as Crianças em Paz (33062 assinaturas)	13-08-2021	Pela suspensão do Despacho n.º 7247/2019, que estabelece as medidas que as escolas devem adotar no âmbito do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa	Liminarmente indeferida 06-10-2021			Liminarmente indeferida

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
275/XIV/2. <u>a</u>	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	13-08-2021	Contra a obrigatoriedade de constituir advogado para apresentação duma reclamação judicial	Apreciação concluída com a aprovação da NA em 06-10-2021			Apreciação concluída com a aprovação da NA
277/XIV/2. <u>a</u>	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	13-08-2021	Contra a imposição do uso de máscaras no contexto da pandemia da Covid-19	Liminarmente indeferida 06-10-2021			Liminarmente indeferida
278/XIV/2. <u>a</u>	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	13-08-2021	Pela instauração de uma comissão de inquérito aos meios utilizados na proteção do Presidente do Sport Lisboa e Benfica	Liminarmente indeferida a 06-10-2021			Liminarmente indeferida
284/XIV/2. <u>a</u>	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	13-08-2021	Pelo envio da lei de Reforma das Forças Armadas ao Tribunal Constitucional.	Liminarmente indeferida a 06-10-2021			Liminarmente indeferida
290/XIV/2. <u>a</u>	João Augusto Maldonado Covas	13-09-2021	Solicita a transposição integral da Diretiva 2017/853, de 17 de maio de 2017, relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas	Apreciação concluída com a aprovação da NA em 06-10-2021			Apreciação concluída com a aprovação da NA
291/XIV/2. <u>a</u>	João Augusto Maldonado Covas	13-09-2021	Solicita que se avalie se a PSP satisfaz as condições exigidas para o exercício das competências que lhe estão cometidas pelo regime jurídico das armas e suas munições	Apreciação concluída com a aprovação da NA em 06-10-2021			Apreciação concluída com a aprovação da NA
292/XIV/2.	Artur Alves da Costa	16-09-2021	Solicita a anulação da condenação num processo judicial;	Liminarmente indeferida a 06-10-2021			Liminarmente indeferida
297/XIV/3	Carla Sofia Almeida Gonçalves Morais (171 assinaturas)	15-10-2021	Solicitam maior intervenção da PSP nas ruas do Fogueteiro, no Seixal	Admitida a 03-11-2021			Pendente aguarda Legislação subsequente, para a qual transita
298/XIV/3	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	15-10-2021	Pela averiguação da capacidade de exercício do cargo por parte do Presidente da República	Liminarmente indeferida a 03-11-2021			Liminarmente indeferida
300/XIV/3	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	15-10-2021	Pela suspensão do Despacho n.º 7247/2019, que estabelece as medidas que as escolas devem adotar no âmbito do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa	Solicitada a redistribuição à 6.ª Comissão a 22-10-2021 – Of 781/XIV Despacho GAB-PAR de 25-10-2021 Redistribuído à 6.ª Comissão			Redistribuído à 6.ª Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
301/XIV/3	Mário César Gonçalves Marques dos Reis	15-10-2021	Pela fiscalização da constitucionalidade de normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19	Liminarmente indeferida a 03-11-2021			Liminarmente indeferida
308/XIV/3	Simão Pedro Gomes Guedes	20-10-2021	Pelo Círculo Nacional de Compensação	Apreciação concluída com a aprovação da NA em 03-11-2021			Apreciação concluída com a aprovação da NA em 03-11-2021
311/XIV/3	João Augusto Maldonado Covas	21-10-2021	Licença de uso e porte de arma para o exercício da atividade venatória	Apreciação concluída com a aprovação da NA em 03-11-2021			Apreciação concluída com a aprovação da NA em 03-11-2021
316/XIV/3	Ana Filipa Ferrão Silva (11336 assinaturas)	03-11-2021	Solicitam a suspensão imediata do uso do Certificado Digital de Vacinação Covid	Admitida a 10-11-2021			Pendente aguarda Legislatura subsequente, para a qual transita
318/XIV/3	Alexandra Delgado Ventura da Costa (5047 assinaturas)	03-11-2021	Pelo pagamento pelo Estado de indemnização fixada por sentença judicial	Parcialmente Admitida a 24-11-2021			Pendente aguarda Legislatura subsequente, para a qual transita

7. Projetos de Voto

Na 3.ª Sessão Legislativa baixaram à 1.ª Comissão **6 Projetos de Voto**, cuja discussão e votação foram concretizadas, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, de **7 Projetos de Voto** (1 da 2.ª SL e 6 da 3.ª SL)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	Estado
Votos de pesar			
685/XIV/3.ª (PS)	De pesar pelo falecimento do Cónego Alexandre Mendonça	20-10-2021	Votação em 2021-10-22 na Reunião Plenária n.º 15
689/XIV/3.ª (PSD)	De pesar pelo falecimento do Padre Alexandre Mendonça	20-10-2021	Retirado pelo autor a favor do Projeto de Voto n.º 685/XIV, em 22-10-2021
Votos de saudação			
657/XIV/2.ª (PS)	De Saudação ao Dia Internacional da Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição	26-08-2021	Aprovado na reunião da CACDLG de 06-10-2021
664/XIV/2.ª (Ninsc. JKM)	De saudação – Dia Internacional dos Afrodescendentes	15-09-2021	Aprovado na reunião da CACDLG de 06-10-2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

693/XIV/3. ^a (PS)	De saudação pelo Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos	21-10-2021	Aprovado na reunião da CACDLG de 03-11-2021
Votos de solidariedade			
703/XIV/3. ^a (BE)	De Solidariedade pelo Dia Internacional da Memória Trans	23-11-2021	Aprovado na reunião da CACDLG de 24-11-2021
704/XIV/3. ^a (nisnc JKM)	De solidariedade para com as pessoas trans e não-binárias no Dia Internacional da Memória Trans	23-11-2021	Aprovado na reunião da CACDLG de 24-11-2021

8. Audições

Na 3.^a Sessão legislativa, a 1.^a Comissão realizou **7 audições**.

- Audições com membros do Governo – **1**
- Audições prévias à eleição de entidades externas – **1**
- Audições com outras entidades- **5**

Audições com membros do Governo (1)

Assunto	Entidades	Data
Audição do Ministro da Administração Interna sobre os festejos do Sporting como campeão nacional e as subseqüentes polémicas, a requerimento potestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, nos termos do n.º 3 do artigo 104.º do RAR	Ministro da Administração Interna	2021-09-15

Audições prévias à eleição de entidades externas (1)

Assunto	Entidades	Data
Audição da candidata ao cargo de Provedor de Justiça, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República	Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral	2021-11-17

Audições com outras entidades (5)

Assunto	Entidades	Data
Audição da Comissária Europeia responsável pela pasta dos Valores e da Transparência para discutir o tema do Estado de Direito [conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus]	Comissária Europeia Vera Jourová	2021-11-03
Audição da Inspectora-Geral da Administração Interna, Juíza Desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira, sobre o relatório da IGAI relativo às celebrações da vitória do Sporting no campeonato de futebol (a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP) e atuações discriminatórias por parte das forças e serviços de segurança no exercício das suas funções (a requerimento da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira)	Inspectora-Geral da Administração Interna	2021-10-20

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição da Plataforma Sindical, para expor os problemas que afetam o sector dos registos e notariado, constituída por: - Associação Sindical dos Conservadores de Registo (ASCR) – Margarida Martins - Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado (STRN) – Arménio Maximino - Sindicato Nacional dos Registos (SNR) – Rui Rodrigues	Plataforma Sindical - Associação Sindical dos Conservadores de Registo (ASCR) – Margarida Martins; Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado (STRN) – Arménio Maximino; Sindicato Nacional dos Registos (SNR) – Rui Rodrigues	2021-10-12
Audição do Procurador-Geral Adjunto, António Cluny, Membro Nacional na Eurojust, para apresentação do relatório anual de atividades do Gabinete de Portugal na Eurojust relativo ao ano de 2020	Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny	2021-09-29
Audição da Provedora de Justiça - apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2020, incluindo o do Mecanismo Nacional de Prevenção, no âmbito do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes	Dra. Maria Lúcia Amaral, Provedora de Justiça	2021-09-28

9. Audiências

1 audiência concedida pelo Presidente

Assunto	Entidades	Data
Reunião para apresentação de cumprimentos	Professora Doutora Maria do Céu Patrão Neves (Presidente) CNECV - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	2021-10-15

10. Eventos

Eventos (1)

Tipo	Designação	Local	Data
Cerimónia	Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2021		A realizar em 2021-12-16

11. Representações / Deslocações / Visitas

Representações / Deslocações (1) – Visitas 0

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) – 9.ª Reunião	Realizado em Sala 2 [por videoconferência]	De 2021-10-25 a 2021-10-26

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Na XIV Legislatura, na 3.ª Sessão Legislativa, no período compreendido entre 15 de setembro e 22 de novembro de 2021, verificaram-se os seguintes acessos à página da 1.ª Comissão no *site* do Parlamento:

1.ª Comissão	setembro	outubro	novembro
	1087	4839	1521

12.Subcomissões

- **Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais**

A [Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é constituída por 15 Deputados, nos termos seguintes:

Nome	Grupo Parlamentar
Isabel Rodrigues	PS - Presidente
Cláudia Santos	PS
José Magalhães	PS
Sara Madruga da Costa	PSD
Pedro Rodrigues	PSD
José Manuel Pureza	BE
António Filipe	PCP
Telmo Correia	CDS-PP
Jocine Katar Moreira	Ninsc
Suplentes	
Francisco Pereira Oliveira	PS
Joana Sá Pereira	PS
André Neves	PSD
Mónica Quintela	PSD
Fabíola Cardoso	BE
Alma Rivera	PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Verificou-se a seguinte alteração na composição da Subcomissão:

Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais			
Número	Sigla	Início de Atividade	Fim de Atividade
2	SRSAP	2019-11-27	

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2021-10-01	ALMA RIVERA (PCP) (LISBOA) (Suplente)	

A [Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais](#), realizou na 3.ª Sessão Legislativa **3 reuniões**

Mês	Dia	Total
Setembro de 2021	29	1
Outubro 2021	13	1
Novembro 2021	25	1
Total		3

- **Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação**

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 15 Deputados, nos termos seguintes:

Nome	Grupo Parlamentar
Lina Lopes	PSD - Presidente
Elza Pais	PS
Susana Amador	PS
Emília Cerqueira	PSD
Sandra Pereira	PSD
Beatriz Gomes Dias	BE
Alma Rivera	PCP
Inês de Sousa Real	PAN
Joacine Katar Moreira	Ninsc

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Suplentes	
Isabel Alves Moreira	PS
Romualda Fernandes	PS
Artur Soveral Andrade	PSD
Duarte Marques	PSD
António Filipe	PCP
Bebiana Cunha	PAN

Verificou-se a seguinte alteração na composição da Subcomissão:

Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação			
Número	Sigla	Início de Atividade	Fim de Atividade
1	SIND	2019-11-27	

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2021-10-04		ANA RITA BESSA (CDS-PP) (LISBOA)

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) realizou na 3.^a Sessão Legislativa [3 reuniões](#)

Mês	Dia	Total
Outubro 2021	7, 27 ⁽ⁱ⁾	2
Novembro	30 ⁽ⁱ⁾	1
Total		3

⁽ⁱ⁾ Audiência;

A Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação realizou, na 3.^a Sessão Legislativa [2 audiências](#).

Tipo	Designação	Local	Data
Audiência	Audiência de S.Exa. a Secretária de Estado da Igualdade de Espanha	Sala 6	2021-10-27
Audiência	Audiência do Grupo de Trabalho das Nações Unidas de Peritos sobre Pessoas com Ascendência Africana, a propósito das temáticas do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância	Sala do Senado	2021-11-30

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação na 3.ª Sessão Legislativa assegurou a [representação](#) da AR em:

Tipo	Designação	Local	Data
Representação	FEMM Interparliamentary Committee Meeting on "Eliminating Violence Against Women"	Sala 1 [por videoconferência]	2021-11-30
Representação	Conferência "Reykjavík Global Forum - Women Leaders 2021"	Reykjavik - Islândia	De 2021-11-09 a 2021-11-10

13. Grupos de Trabalho

- [Grupo de Trabalho - Avaliação das Condições de Trabalho das Forças de Segurança](#)
- [Grupo de Trabalho - Audições relativas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores](#)
- [Grupo de Trabalho - Aplicação Stayaway Covid](#)
- [Grupo de Trabalho - Júri do Prémio Direitos Humanos 2021](#)
- [Grupo de Trabalho - Reafecção de Competências SEF](#)

O [Grupo de Trabalho - Avaliação das Condições de Trabalho das Forças de Segurança](#) (Requerimento CDS-PP) constituído por deliberação de 27-11-2019 (**1.ª Sessão Legislativa**), continua em funcionamento na **3.ª Sessão Legislativa**, não tendo até à presente data nenhuma atividade a registar.

A sua composição inicial não foi alterada, sendo a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
Sara Madruga da Costa	PSD - Coordenadora
Susana Amador	PS
José Manuel Pureza	BE
António Filipe	PCP
Telmo Correia	CDS-PP
Inês Sousa Real	PAN
André Ventura	CH
Joacine Katar Moreira	Ninsc

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Por deliberação da Comissão, de 2 de dezembro de 2020, foi constituído o [Grupo de Trabalho - Audições relativas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores \(Requerimentos do PS e PSD\)](#), que continua em funcionamento na **3.ª Sessão Legislativa**, não tendo até à presente data nenhuma atividade a registar.

A sua composição inicial não foi alterada, sendo a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
Mónica Quintela	PSD - Coordenadora
Joana Sá Pereira	PS
José Manuel Pureza	BE
António Filipe	PCP
Telmo Correia	CDS-PP
Inês Sousa Real	PAN
Cristina Rodrigues	Ninsc

Por deliberação da Comissão, de 2 de dezembro de 2020, foi constituído o [Grupo de Trabalho - Aplicação Stayaway Covid](#), que continua em funcionamento na **3.ª Sessão Legislativa**, não tendo até à presente data nenhuma atividade a registar.

A sua composição inicial não foi alterada, sendo a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
José Magalhães	PS - Coordenador
Márcia Passos	PSD
José Manuel Pureza	BE
António Filipe	PCP
Ana Rita Bessa	CDS-PP
Inês Sousa Real	PAN
Joacine Katar Moreira	Ninsc

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Por deliberação da 1.ª Comissão, de 2 de junho de 2021, foi constituído o [Grupo de Trabalho - Júri Prémio Direitos Humanos 2021](#), cuja composição é a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
Luís Marques Guedes	PSD - Coordenador
Cláudia Santos	PS
Fernando Negrão	PSD
Beatriz Gomes Dias	BE
António Filipe	PCP
Telmo Correia	CDS-PP
Inês Sousa Real	PAN
André Ventura	CH

Este Grupo de trabalho realizou [3 reuniões](#):

Mês	Dia	Total
Outubro 2021	14, 20 e 26	3
Total		3

Na 3.ª Sessão Legislativa, por deliberação de 29 de setembro da 1.ª Comissão, foi constituído o [Grupo de Trabalho - Reafecção de competências SEF](#), tendo realizado [2 reuniões](#):

Mês	Dia	Total
Outubro 2021	6 e 13	2
Total		2

Tendo a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
José Magalhães	PS - Coordenador
André Coelho Lima	PSD
Beatriz Gomes Dias	BE
António Filipe	PCP



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<u>Telmo Correia</u>	CDS-PP
<u>Inês Sousa Real</u>	PAN
<u>Joacine Katar Moreira</u>	Ninsc

O Coordenador deste Grupo de Trabalho, Deputado José Magalhães (PS), declarou encerradas as atividades do grupo, após conclusão dos trabalhos relativos à [Proposta de Lei n.º 104/XIV/2.ª \(GOV\)](#); [Projeto de Lei n.º 907/XIV/2.ª \(BE\)](#) e [Projeto de Lei n.º 908/XIV/2.ª \(PSD\)](#)